



ANÁLISE DO MODELO DE CRESCIMENTO E DAS
POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO NA REGIÃO CENTRO-
OESTE
INDICAÇÕES DE POSSÍVEIS ALTERNATIVAS PARA O SEU
DESENVOLVIMENTO

Luiz Augusto de Queiroz Abla
Martin Lu

ANÁLISE DO MODELO DE CRESCIMENTO E DAS POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE: INDICAÇÕES DE POSSÍVEIS ALTERNATIVAS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

1. Introdução

O presente relatório de andamento, sobre a pesquisa "Análise do Modelo de Crescimento e das Políticas de Intervenção na Região Centro-Oeste: Indicações de Possíveis Alternativas para o seu Desenvolvimento", apresenta uma síntese dos resultados intermediários já elaborados.

De acordo com as várias discussões técnicas havidas, entre o *staff* do IPEA/IPLAN/CPR e a equipe responsável pela referida pesquisa na FIPE, as variáveis mais relevantes a serem analisadas no processo de ocupação da Região Centro-Oeste acredita do Estado de Rondônia devem ser:

- (i) estrutura fundiária;
- (ii) produção agropecuária;
- (iii) mercado de trabalho e capacidade de absorção; e,
- (iv) relações rurais-urbanas.

No que concerne à partição territorial para efeitos de análise, ficou igualmente estabelecido que a pesquisa deveria, na medida do possível, tomar escalas espaciais sub-estaduais, ensejando assim, avaliações menos agregadas.

Os resultados esperados são, por sua vez, reagrupáveis em dois níveis de preocupações. De um lado, do ponto de vista prático, pretende-se como resultado-síntese, o eventual traçado de uma nova partição territorial da região de estudo, segundo os traços característicos comuns/diferenciados ditados pela ocupação. De outro lado e, complementarmente ao caso an-

terior, pode ser destacada uma preocupação mais teórica-metodológica, no sentido de se testar uma separação dos processos de integração setorial do espacial, através dos conceitos de discriminação entre os *entornos funcional e territorial*.

Nas discussões técnicas havidas, ficou igualmente estabelecido de que, dada a complexidade do tema, procurar-se-ia intensificar o processo de acompanhamento por parte do IPEA/IPLAN/CPR, permitindo uma definição sucessiva na condução da pesquisa, incorporando eventuais ajustamentos que se fizerem necessários. Neste sentido, a partir dos resultados intermediários a seguir resumidos, haverá a imperiosa necessidade de uma ativa participação dos técnicos de contrapartida do IPEA/IPLAN/CPR, nesta etapa final de investigação que se inicia.

Considerando os comentários anteriores, o presente relatório está dividido em duas partes principais. Em uma primeira, são sumarizados os resultados a nível de *Estados*, como sendo uma primeira aproximação à evolução extremamente dinâmica que a região de estudo conheceu na última década, com indicações preliminares das microrregiões homogêneas (MRH) definidas pelo IBGE. Os principais itens desta primeira parte referem-se a:

- (i) formas e modalidades de ocupação em áreas de fronteira;
- (ii) aspectos dominantes da produção agropecuária;
- (iii) principais relações de trabalho e comportamento do pessoal ocupado em atividades agropecuárias;
- (iv) comportamento da estrutura fundiária; e,
- (v) indicações de relações rurais-urbanas via análise migratória.

Já na segunda parte formalizam-se os passos programados para a última etapa da pesquisa, discutindo-se nela, os seguintes aspectos:

- (i) escala espacial a ser adotada, variando de MRHs até municípios (casos da MRH-332 "Norte Matogrossense e Estado de Rondônia);
- (ii) metodologia de reagrupamento, variando entre Análise Discriminante e a de Agrupamento (*cluster*) como indicações preliminares; e,
- (iii) determinação das variáveis a serem consideradas na ali-
mentação do modelo.

Notadamente para esse último tópico, que uma participação ativa por parte de técnicos do IPEA/IPLAN/CPR, haja visto que poder-se-ia gerar uma seqüência metodológica eventualmente aplicável para outros casos e/ou regiões.



PRIMEIRA PARTE
UM RESUMO DOS RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS
APURADOS PARA A REGIÃO DE ESTUDO

2. Formas e Modalidades de Ocupação

De uma forma genérica, um aumento de área cultivada pode ser decomposto segundo dois grupos ou modalidades de incorporação. Seja através de um processo "externo", pela incorporação de *novas áreas*, seja através de fatores "internos" a área por um melhor aproveitamento; neste último caso, podem ser citados os exemplos clássicos de uma redução de áreas de pastagem, ou de uma diminuição das áreas de mata e de florestas.

No entanto, convém destacar que a incorporação e o consequente aumento de área estão umbilicalmente associados a um aumento da produção. Deste último enfoque, a literatura especializada costuma decompor os fatores explicativos segundo as seguintes variáveis:

- (i) seja por um aumento da produtividade - expressa como sendo produção/área,
- (ii) seja através de um incremento na relação área/pessoal empregado; ou ainda,
- (iii) seja por meio de uma elevação no nível de absorção da mão-de-obra.

Evidentemente, na prática costuma-se verificar uma combinação ponderada destas três possibilidades, com distintos efeitos diretos e indiretos ao nível da combinação entre os fatores terra, mão-de-obra e capital. Alguns destes efeitos, além disso, possuem comportamentos inversos: enquanto uma mecanização maior e mais rápida substitui trabalho por capital já o uso mais intensivo de fertilizantes - induzido pela própria mecanização - implica em uma elevação nos níveis de emprego.

Além dessas considerações, há de se registrar ainda o *mix* ou a composição entre as atividades agropecuárias, envolvendo, desde as características pedológicas, até o tamanho dos estabelecimentos; pode ser influenciada tanto pelo lado

da demanda, desdobrável por sua vez segundo tipos de mercados, quanto pelo sistema de apoio a produção, variando desde crédito até assistência e extensão rurais.

Levando-se em conta apenas algumas combinações possíveis desses aspectos parciais, o problema inicial assume graus crescentes de complexidade. De qualquer forma, pode-se afirmar que a expansão da fronteira agrícola é comandada essencialmente por uma incorporação "externa", fundamentada na necessidade de se gerar e apurar um *excedente comercializável*. Caso se aceite esta hipótese, o processo de comando deve ser identificado e analisado a partir de uma redivisão espacial do trabalho a nível nacional. É neste sentido que se afirmava no projeto de pesquisa, que é vital que se diferencie o processo de integração *funcional* (ou setorial), das formas e padrões *territoriais* resultantes. Simetricamente, existem igualmente problemas-objetivos localizados, quase sempre divergentes e conflitantes com os objetivos setoriais e agregados nacionais⁽¹⁾

Em termos agregados (por Estados), e, considerando a incorporação de novas áreas como um primeiro indicador das tendências futuras, a relação área ocupada pelos estabelecimentos/superfície do Estado sugere três comportamentos distintos:

- (i) um primeiro caso, dado pelo Estado do Mato Grosso, no qual a relação ultrapassou o patamar de 85%; neste sentido, quaisquer modificações futuras para aquele Estado terão que orientar-se segundo os fatores "internos"; um primeiro exame superficial, ao nível das MRHs do Estado revela níveis e padrões especializados no uso de solo e de culturas.

(1) Existe uma discussão destas articulações no próprio Projeto de Pesquisa, entregue ao IPEA/IPLAN/CPR em junho de 1983. Maiores detalhes constarão do Relatório Final.

(ii) Um segundo caso, constituído pelos Estados de Mato Grosso e de Goiás, com áreas internas bastante diferenciadas. No caso do primeiro estado, pode-se estabelecer uma dupla discriminação; de um lado, o corte entre as partes ao norte e ao sul, e, de outro lado, as formas de ocupação segundo os eixos viários como são os casos da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e da BR-163 (Cuiabá-Santarém), bem como as variantes para o assentamento ao norte do Estado (e.g., MT-070, partindo de Tangará da Serra em direção à Panelas, no Amazonas). Quanto ao Estado de Goiás, a segmentação espacial já foi detectada pela pesquisa do INDUR (1983), entre as partes sul e norte, grosso modo fixado em função do paralelo 15.

Um exame genérico do comportamento de MRHs destes Estados revela dois pontos aparentemente convergentes. Ambas as partes "ao sul" dos dois Estados possuem uma relação *área ocupada pelos estabelecimentos/superfície total existente* bastante elevada, contrastando-se com as partes "ao norte".

(iii) O terceiro e último caso é constituído pelo Estado de Rondônia, que segundo a variável empregada, possui bastante semelhança com as áreas "ao norte" dos Estados antes referidos. A sua diferenciação, contudo, será mostrada mais adiante, explicada fundamentalmente pelas modalidades e características de ocupação (projetos de colonização oficial, a ação do INCRA desde o início dos anos setenta, e assim por diante).

3. Aspectos Dominantes da Produção Agropecuária

Alguns aspectos dominantes da produção agropecuária da região de estudo foram analisados, para o período de 1970-1975 e 1975-1980, centrados basicamente em três variáveis:

- IBGE**
- (i) área total ocupada pelos estabelecimentos;
 - (ii) área total dedicada à lavoura; e,
 - (iii) contingente do pessoal ocupado em atividades agropecuárias.

Infelizmente, os dados estatísticos disponíveis não estão completos para todas as variáveis e/ou períodos. Embora a série 1970-1975 esteja "completa", existem diferenças quanto à definição de variáveis (e.g., caso de "Estabelecimento Agropecuário"); uma outra série de dados não foi ainda publicada, haja visto que as informações referentes a 1980 foram extraídas do *Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário* do IBGE. Uma das variáveis mais importantes quanto ao uso do solo agrícola e sua evolução refere-se à composição de áreas para culturas e pastagens. Embora se disponha de dados sobre o estoque de bovinos para a série, sem a evolução da área de pastagem, quaisquer considerações sobre a questão possui um caráter meramente indicativo.

Como era esperado, a evolução da área total ocupada pelos estabelecimentos revela um comportamento aparentemente errático, quando analisadas as evoluções agregadas por Estados como mostra a Tabela 1. No entanto, desde que diferenciados os períodos e as MRHs, os dados são aderentes, notadamente com relação às hipóteses e tipologias de fronteiras descritas no Projeto de Pesquisa.

Inicialmente, no que tange ao Estado do Mato Grosso do Sul, observa-se claramente que o crescimento da área total de estabelecimentos é muito pouco significativo, tendo sido da ordem de 0,2% ao ano durante 1970-1975, passando para 1,3% no quinquênio seguinte. Estas taxas conformaram uma média de apenas 0,7% durante os anos setenta. Já quando se toma complementarmente a evolução da área dedicada à lavoura, o seu crescimento na mesma década orientou-se segundo uma taxa geométrica de 12,7% ao ano, com uma concentração no quinquênio inicial de 21,0% ao ano, reduzida para 5,0% no período de 1975-1980.

TABELA 1

TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, DA ÁREA EM LAVOURAS, DO PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA, DO NÚMERO DE TRATORES, DO EFETIVO DE BOVINOS E PROPORÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS USANDO FERTILIZANTES - ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE E ESTADO DE RONDÔNIA

ESTADOS E MICRO-REGIÕES	ÁREA TOTAL			ÁREA EM LAVOURAS			PESSOAL OCUPADO		
	70-75	75-80	70-80	70-75	75-80	70-80	70-75	75-80	70-80
MATO GROSSO DO SUL	0,2	1,3	0,7	21,0	5,0	12,7	2,8	-2,3	0,2
312 - PASTORIL DE CAMPO GRANDE	-1,0	-0,2	-0,6	30,7	4,3	17,5	-0,8	1,5	0,4
339 - ALTO TAQUARI	0,6	3,1	1,7	23,5	7,4	15,5	3,9	-5,0	-0,6
340 - PARANAÍTA	0,6	3,2	1,9	25,3	1,5	13,4	4,1	-4,1	0,0
343 - TRÊS LAGOAS	-1,6	2,3	0,4	11,8	7,2	9,5	8,9	-1,1	3,9
344 - CAMPOS VACARIA E MATA BOQUIAÇOS	2,3	2,5	2,4	16,9	5,3	11,1	2,8	-2,8	0,0
338 - DANFANUS	-0,2	0,1	-0,1	2,5	10,4	6,5	-0,4	-2,0	-1,2
341 - BOLOQUENA	1,4	2,0	1,2	27,1	2,5	14,8	9,1	-1,2	3,6
MATO GROSSO	4,9	10,2	7,5	13,8	26,0	19,7	12,1	3,5	7,7
332 - NORTE MATOGROSSENSE	7,1	15,3	11,2	32,1	43,2	37,7	22,7	12,9	17,8
333 - ALTO GUADRUPE-JAURU	4,8	8,0	6,4	11,1	11,4	11,3	18,7	9,7	14,2
334 - ALTO PARACUAI	9,1	9,3	9,2	12,6	7,4	10,0	20,1	-6,4	6,9
335 - BAIXADA CUIABANA	0,8	4,5	2,7	8,9	24,8	16,9	11,0	-1,8	4,6
336 - RONDONÓPOLIS	6,9	2,9	4,9	11,2	18,6	14,9	2,1	-3,9	-0,9
337 - GARÇAS	1,5	3,5	2,5	6,9	23,5	15,2	2,4	-1,3	0,6
GOIÁS	3,8	2,5	3,1	9,4	4,6	7,0	4,4	2,3	3,4
345 - EXTREMO NORTE GOIANO	9,7	4,2	6,7	7,5	3,0	5,3	8,6	0,5	4,6
346 - BAIXO ARAQUAIA GOIANO	7,6	2,2	4,9	15,3	7,3	11,3	5,0	8,7	6,8
347 - TOCANTINA DE PEDRO ARUNSO	5,8	0,2	3,5	18,9	-2,1	8,4	2,7	2,9	2,6
348 - MÉDIO TOCANTINS-ARAQUAIA	6,3	5,6	5,9	10,9	19,6	15,3	0,3	6,2	3,2
349 - SERRA GERAL DE GOIÁS	3,5	4,6	4,1	31,5	-0,3	15,6	7,5	3,7	5,6
350 - ALTO TOCANTINS	5,0	3,4	4,2	14,4	9,7	12,1	5,7	5,5	5,6
351 - CHAPADA DOS VEADEIROS	2,4	10,6	6,5	11,6	5,2	8,4	16,5	-0,7	7,9
352 - VÃO DO PARANÁ	5,9	4,3	5,1	4,8	3,8	4,3	4,0	6,8	5,4
353 - RIO VERMELHO	6,0	-0,4	2,8	13,1	1,1	7,1	5,5	2,2	3,8
354 - "MATO GROSSO" DE GOIÁS	1,2	0,5	0,8	5,5	-2,7	1,4	2,4	-0,7	0,9
355 - PLANALTO GOIANO	4,1	0,9	2,5	10,4	12,4	11,4	7,1	4,2	5,6
356 - ALTO ARAQUAIA GOIANO	2,4	1,5	2,0	24,4	11,6	18,0	10,4	4,6	7,5
357 - SERRA DO CALAÇÓ	0,9	-0,4	0,2	13,3	6,0	9,7	6,2	-0,6	2,8
358 - NEHA-FONTE	1,0	-0,1	0,4	6,3	4,8	5,6	3,5	4,3	3,9
359 - SUDESTE GOIANO	0,5	0,5	0,5	8,2	2,8	5,5	-3,5	2,7	-0,4
360 - VERTENTE GOIANA DO PARANAÍTA	1,3	0,7	1,0	5,5	1,3	3,4	5,0	-1,8	1,6
RONDÔNIA	13,6	13,0	13,3	34,2	13,7	23,5	38,3	11,2	24,0

Continuação

	TRATORES	BOVINOS	DOS ESTABELECIMENTOS USANDO FERTILIZANTES	
	1970-80	1970-80	1970	1975
MATO GROSSO DO SUL	19,7	4,7	2,0	9,5
342 - PASTOREL DE CAMPO GRANDE	15,5	8,1	6,3	23,8
339 - ALTO TAQUARI	28,1	5,8	0,4	7,4
340 - PARANÁIBA	25,5	9,3	0,5	4,6
343 - TRÊS LAGOAS	21,4	11,4	2,3	8,1
344 - CAMPOS VAGARIA E MATA DOURADOS	22,5	10,0	1,5	8,4
338 - PANTANAIS	10,0	-2,2	2,1	5,1
341 - BOFOQUENA	25,4	7,6	2,6	6,4
MATO GROSSO	33,6	10,3	0,6	1,9
332 - NORTE MATOGROSSENSE	40,8	19,5	0,6	3,7
333 - ALTO GUAPORÉ-JAURU	29,7	12,8	0,3	0,3
334 - ALTO PARAGUAI	31,8	19,1	0,6	1,6
335 - BAIXADA CULABANA	21,5	2,3	1,3	1,4
336 - RONDÔNÓPOLIS	29,7	7,1	0,5	2,6
337 - GARÇAS	50,1	6,1	0,3	3,0
GOTÁS	16,8	7,5	5,6	19,6
345 - EXTREMO NORTE COIANO	42,6	13,4	0,1	0,2
346 - BAIXO ARAGUAIA COIANO	42,7	13,7	0,3	0,6
347 - TOCANTINA DE PEDRO AFONSO	34,0	3,2	0,1	0,1
348 - MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA	51,7	6,6	0,3	1,6
349 - SERRA GERAL DE GOTÁS	61,4	6,5	0,5	0,2
350 - ALTO TOCANTINS	37,2	10,8	0,7	5,7
351 - CIAPADA DOS VEADEIROS	21,4	7,6	0,6	1,5
352 - VÃO DO PARANÁ	29,2	10,9	0,2	1,2
353 - RIO VERMEILHO	30,8	10,6	0,8	11,0
354 - "MATO GROSSO" DE GOTÁS	10,3	4,5	8,4	34,2
355 - PLANALTO COIANO	24,1	7,2	4,9	13,3
356 - ALTO ARAGUAIA COIANO	34,8	7,3	1,4	23,0
357 - SERRA DO CAIAPO	16,2	9,5	11,5	40,0
358 - META-PONTE	13,3	6,4	12,8	37,2
359 - SUDESTE COIANO	17,8	2,8	16,0	44,4
360 - VERTENTE GOLANA DO PARANÁIBA	11,1	9,1	9,5	37,6
RENTANIA	24,8	26,8	0,7	0,2

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários, 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980.

Cabe notar ainda, com relação ao Mato Grosso do Sul, que as variações desse processo são relativamente pequenas entre as MRHs. Estes dados são consistentes com o comportamento da variável pessoal ocupado, que no primeiro sub-período, apresentou uma taxa positiva de 2,8% ao ano, passando no sub-período seguinte a ser negativa de -2,3% ao ano. Na média, a evolução foi de 0,2% para a década passada. Em termos de MRHs, apenas duas tiveram redução no primeiro quinquênio da década passada, contra uma redução generalizada na segunda metade dos anos '70, exceção feita à MRH de Pastoril de Campo Grande.

Os comentários do item anterior — referentes ao comportamento diferencial da variável área ocupada pelos estabelecimentos/superfície existente — que caracterizavam o Estado como tendo crescido segundo fatores *internos*, os dados anteriores confirmam aquela tipologia. Considerando-se, por um lado, um comportamento simétrico quanto à área total ocupada pelos estabelecimentos e do pessoal ocupado, comportamento este que sugere uma intensa modificação tecnológica pela mecanização e uso de insumos modernos, e, por outro lado, a área dedicada à lavoura (12,7% ao ano na década), a forma de expansão e de crescimento daquele Estado foi procedida pela incorporação de áreas de pastagem.

Frise-se, a esse respeito, que a interpretação é coerente e compatível com as hipóteses explicitadas no Projeto da presente pesquisa. Com a redivisão espacial do trabalho nas áreas mais próximas às grandes aglomerações nacionais (principalmente São Paulo), houve como que uma transferência de funções e atividades produtivas. Este fenômeno se propagou, como seria de se esperar, em cadeia. A mudança da base principal de especialização do Estado (ou áreas do Estado) engendrou transferências para outras áreas, provocando efeitos indiretos (por exemplo, a expansão de pecuária na parte norte de Goiás).

Com relação agora ao Estado de Mato Grosso, conforme já foi enfatizado, existem diferenciações do processo em pelo menos dois níveis: um separando as áreas entre norte e sul e uma segunda, pelas vias de penetração e assentamento. Esta última modalidade não pode ser detectada e tratada sequer ao nível de MRH, haja visto que só esta unidade (MRH-332), ocupa 70,26% da superfície total do Estado, correspondente a 881.001 km². Esta é a razão pela qual, ter-se-á que adotar o município como unidade territorial para a etapa final da pesquisa.

Contrariamente ao caso de Mato Grosso do Sul, o Estado vem apresentando padrões tipicamente de incorporação de áreas "externas". Pela Tabela 1, observa-se que as taxas de crescimento geométrico vêm se acelerando durante os dois sub-períodos da década passada, passando sucessivamente de 4,9 para 10,2% ao ano. Como taxa média dos anos setenta, esta incorporação atingiu a expressiva taxa de 7,5% ao ano. Entretanto, cabe assinalar que o comportamento da variável pessoal ocupado foi inverso: embora as taxas de crescimento sejam positivas, estas são decrescentes. Para a taxa média de 7,7% ao ano na década, a primeira metade cresceu bem mais rápido que a segunda: 12,1 *versus* 3,5% ao ano. Em uma desagregação por MRHs, os dados são mais diferenciados, confirmando as hipóteses iniciais. Com exceção da MRH Norte Matogrossense (MRH-332) e Alto Guaporé-Jauru (MRH-333), as quatro demais MRHs apresentaram taxas negativas de crescimento do pessoal ocupado.

De um lado, cabe assinalar que a soma das MRHs 332 e 333 corresponde a quase 82% da superfície total do Estado de Mato Grosso e, mais ainda, envolvem as unidades territoriais que evidenciaram um comportamento convergente para as três variáveis aqui consideradas. Quanto ao resto do Estado, os comportamentos entre a área total dos estabelecimentos e a área dedicada à lavoura são convergentes em linhas gerais, enquanto que a da variável pessoal ocupado é inverso, notadamente para o período mais recente, de 1975-1980.

Considerando o fato do crescimento mais que proporcional da área de lavoura sobre a expansão da área total por estabelecimentos, tal evidência sugere uma combinação de mecanismos de incorporação externa com interna, pela tecnificação da agricultura. Poder-se-ia, dentro desta hipótese, explicar o comportamento divergente quanto ao pessoal ocupado. Cumpre, por fim, assinalar que a diferenciação espacial no Estado de Mato Grosso influirá no traçado final da regionalização da região de estudo, devendo agregar as unidades territoriais segundo modalidades de ocupação.

Os mesmos comentários resumidos sobre o Estado de Mato Grosso poderiam aplicar-se ao caso de Goiás, desde que se alterem as magnitudes das taxas de crescimento. No caso deste último, as dezesseis MRHs do Estado poderiam ser distribuídas em dois grandes grupos. *Grosso modo*, a parte "norte" de Goiás reúne as MRHs de 345 a 352, enquanto que a parte "sul" agrega as MRHs de 353 a 360, ambas separadas pelo paralelo 15.

Ao norte, as taxas de crescimento da área total são sensivelmente superiores às do sul e, conseqüentemente, superiores à taxa média do Estado, que foi de 3,1% ao ano durante a década passada, com 3,8 e 2,5% para os dois sub-períodos respectivos. Embora ao norte a expansão de áreas dedicadas à cultura tenha sido expressiva, a falta de dados sobre a área de pastagem impede uma análise mais conclusiva sobre a área como um todo, notadamente quanto à reversão observada na evolução da área ocupada por lavoura durante o sub-período de 1975-1980. Um detalhamento superficial ao nível de MRHs destaca, desde logo, o comportamento de Tocantina de Pedro Afonso (MRH-347) e de Serra Geral de Goiás (MRH-349). Durante o primeiro sub-período, as áreas de lavoura cresceram às taxas de 18,9 e 31,5% ao ano, respectivamente, enquanto que, para 1975-1980, as taxas geométricas foram de -2,1 e -0,3%, na mesma ordem. Ora, na medida em que as áreas totais de estabelecimentos destas mesmas MRHs evoluíram, nos mesmos períodos, a taxas crescentes, tal fato evidencia uma redução relativa da

área de lavoura. Daí, a conexão com o deslocamento e transferência de atividades, quer pecuárias, quer as de reflorestamento. Apenas com análises mais detalhadas e através de uma análise mais formal, poderão ser oferecidas evidências mais conclusivas.

Contrastando com este comportamento da parte "norte", a soma das MRHs de 353 a 360 evidenciam um comportamento muito mais semelhante aos processos de Mato Grosso do Sul e da parte "sul" do Mato Grosso. A incorporação de novas áreas é bastante reduzida, enquanto que o crescimento de áreas destinadas a culturas assume valores bastante significativos, notadamente nas MRH de Alto Araguaia Goiano (MRH-356), Planalto Goiano (MRH-355), Serra do Caiapó (MRH-357), além de Rio Vermelho (MRH-353). De uma forma geral, o crescimento foi caracteristicamente concentrado no período de 1970-1975, e, apenas as três MRHs acima referidas tiveram uma queda proporcionalmente menor no período de 1975-1980.

No que se refere ao Estado de Rondônia, os comportamentos das três variáveis aqui analisadas possuem características próprias, certamente em função do período de sua colonização (fim dos anos sessenta e início dos setenta), bem como a ação regulamentadora do INCRA naquele então Território, já no começo da década passada. Como o Estado forma uma MRH, somente com uma desagregação ao nível de municípios é que detalhamentos poderão ser realizados.

De uma forma genérica, os padrões do processo de crescimento de Rondônia se assemelham ao crescimento da MRH-332 Norte Matogrossense, a despeito da diferença estrutural quanto à natureza dos projetos de colonização. Cotejando as evoluções da área total dos estabelecimentos com aquela ocupada pela lavoura, a primeira variável apresenta uma estabilidade até certo ponto surpreendente, em torno de 13% ao ano para ambos os sub-períodos da década passada, enquanto que a segunda, mostra um comportamento muito diferenciado. Conforme pode ser observado pela Tabela 1, a taxa anual geométrica de crescimen

to de área dedicada à lavoura foi de 34,2% ao ano, intensidade esta reduzida para 13,7% ao ano no quinquênio seguinte. Conforme, detrás de todo processo de expansão muito acelerado, os padrões costumam ser muito alométricos e a análise desagregada a nível dos municípios poderão descortinar composições de taxas muito dispersas em torno da média.

Um outro aspecto que merece destaque refere-se à evolução da variável pessoal ocupado, cujo comportamento segundo os três pontos de observação - 1970, 1975 e 1980 - se assemelha muito à evolução do crescimento da área destinada a culturas. Contrariamente ao caso de Mato Grosso do Sul e/ou a parte "sul" de Goiás/Mato Grosso, esta incorporação não se processou através de modernização/mecanização. Confirma esta assertiva, o indicador de porcentagem de estabelecimentos que utilizam fertilizantes: para Rondônia, apenas 0,7 e 0,2 dos estabelecimentos agrícolas empregavam este insumo moderno, respectivamente para os anos de 1970 e 1975. Simetricamente, pode-se igual e recursivamente explicar a capacidade de absorção de mão-de-obra nos assentamentos rurais.

4. Relações de Trabalho e Absorção de Mão-de-Obra

De uma forma geral, admite-se que as relações de trabalho dependem e são ditadas pelas relações de produção. No entanto, caso se tome a capacidade de absorção de mão-de-obra, o nível de pessoal ocupado em atividades agropecuárias é determinado pela estrutura fundiária. Embora em análises não-especializadas a questão possa ser tratada associando-se diretamente as relações de produção com a estrutura fundiária, já em análises que procuram incorporar explicitamente a dimensão territorial, esta passagem exige etapas intermediárias, umas das quais representada pela delimitação de áreas homogêneas quanto aos atributos que definem relações de produção/trabalho pela intensidade de capitalização.

No caso particular de áreas de fronteira, estas relações são mais complexas, seja pela velocidade das transformações, seja em função de não-linearidade de sua expansão (portanto, as formas espaciais resultantes não são necessariamente *contíguas*). No caso da presente pesquisa, a agregação ao nível de Estados da Federação, embora represente uma exploração preliminar válida, não logra destacar e analisar todas as relações de trabalho dominantes. Os comentários que poderiam ser feitos resultariam, ou excessivamente genéricos, ou então incapazes de discernir os traços comuns de certas áreas de seus atributos mais específicos. Por estas razões, julgou-se mais conveniente ao nível do presente relatório de andamento, concentrar-se em uma série de resultados numéricos referentes à capacidade de absorção de pessoal ocupado no meio rural.

Nesse sentido, o procedimento centrou-se na análise do pessoal ocupado segundo o tamanho de propriedades. Como seria de se esperar, as evidências confirmaram as hipóteses mais gerais, quais sejam, que o nível de absorção é inversamente proporcional ao tamanho de propriedades⁽¹⁾.

Pela Tabela 2, apresentada a seguir, pode-se inferir sobre o nível de absorção de mão-de-obra, conforme as classes de tamanho dos estabelecimentos. Segundo a distribuição percentual do pessoal ocupado, os resultados apurados revelaram uma diferença fundamental do Estado de Goiás, *vis-à-vis* os três demais Estados que compõem a região de estudo, haja visto que o estrato de estabelecimentos de até dez hectares abriga apenas 8,97% do pessoal ocupado. De forma inteiramente inversa, no outro extremo pode ser encontrado o Mato Grosso, no qual o mesmo estrato reúne 42,34% do contingente de mão-de-obra ocupada. Entre ambos, são encontrados os Estados de Mato Grosso do Sul (27,73%) e Rondônia (16,24%). Estes resultados numéricos merecem um comentário preliminar.

(1) Como foi frisado anteriormente, não se dispõe ainda de dados detalhados do Censo Agropecuário de 1980. Assim, salvo indicações explícitas os dados comentados a seguir referem-se a 1975.

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR GRUPO DE ÁREA TOTAL - ESTADOS DA REGIÃO
CENTRO-OESTE E ESTADO DE RONDÔNIA, 1975

ESTRATOS DE ÁREA· TOTAL E ESTADOS	PESSOAL OCUPADO	%	Σ %
<u>- 10 HA:</u>			
MATO GROSSO DO SUL	71.302	27,73	27,73
MATO GROSSO	111.423	42,34	42,34
GOIÁS	61.714	8,97	8,97
RONDÔNIA	16.891	16,24	16,24
<u>10 - 100 HA:</u>			
MATO GROSSO DO SUL	90.601	35,24	62,97
MATO GROSSO	84.644	32,16	74,50
GOIÁS	266.941	38,80	47,77
RONDÔNIA	27.866	26,80	43,04
<u>100 - 1.000 HA:</u>			
MATO GROSSO DO SUL	47.378	18,43	81,40
MATO GROSSO	40.294	15,31	89,81
GOIÁS	293.963	42,73	90,50
RONDÔNIA	57.539	55,33	98,37
<u>1.000 - 10.000 HA:</u>			
MATO GROSSO DO SUL	36.474	14,18	95,58
MATO GROSSO	16.994	6,46	96,27
GOIÁS	61.701	8,97	99,47
RONDÔNIA	1.495	1,44	99,81
<u>+ 10.000 HA:</u>			
MATO GROSSO DO SUL	11.366	4,42	100,00
MATO GROSSO	9.743	3,70	100,00
GOIÁS	3.667	0,53	100,00
RONDÔNIA	193	0,19	100,00
<u>TOTAL:</u>			
MATO GROSSO DO SUL	257.132	100,00	-
MATO GROSSO	263.179	100,00	-
GOIÁS	688.033	100,00	-
RONDÔNIA	103.992	100,00	-

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário, 1975.

No que se refere ao Caso de Mato Grosso, a interpretação parece bastante evidente e se justifica pela concentração de pequenos estabelecimentos, a despeito de sua extensão territorial. Quanto ao caso de Mato Grosso do Sul, as indicações preliminares quanto à concentração geográfica das culturas modernas/dinâmicas devem estar na base do resultado apurado. Quanto ao caso de Rondônia, onde o intervalo inferior é responsável por apenas 16,24% do pessoal ocupado, dois argumentos devem ser levados em conta. De um lado, que esse dado refere-se ao ano de 1975, portanto ao primeiro quinquênio de sua ocupação mais intensiva, e, de outro, que o módulo mínimo do INCRA é de 100 hectares; regra esta, que só foi alterada em 1980, reduzindo o módulo mínimo pela metade. O caso de Goiás é, até certo ponto, surpreendente e atenções especiais serão dirigidas para se dirimir esse dado.

A partir do intervalo seguinte - de 10 a 100 hectares -, os níveis de absorção passam a convergir para os quatro Estados. Com exceção de Rondônia (26,80%), as variações dos três demais Estados se situam entre 32,16 a 38,80%, sendo o limite superior dado por Goiás. Neste estrato, o viés passa a ser constituído por Rondônia. Contudo, uma explicação plausível residiria no perfil sócio-econômico dos imigrantes para o então Território, constituídos predominantemente por sulistas que conseguiram apropriar parte do processo de valorização de suas terras, principalmente nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul⁽¹⁾. Caso esta explicação seja válida, a distribuição em períodos pós-80 terá que revelar um aumento proporcionalmente maior nos dois estratos inferiores, considerando uma "degradação" do nível sócio-econômico dos imigrantes assentados naquele Estado.

(1) Um resumo destes aspectos foi apresentado no Projeto da presente pesquisa (junho de 1983). Argumentos mais articulados podem ser encontrados, notadamente nas páginas 9 a 21.

Passando agora ao terceiro estrato, de 100 a 1.000 hectares, os dados passam a divergir, formando dois grupos. De um lado, tem-se os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, cujas participações relativas são monotonicamente decrescentes com o aumento dos estratos de tamanho. De outro, tem-se o segundo grupo, composto por Goiás e Rondônia, apresentando ambos neste intervalo, as suas contribuições modais. Tanto a explicação quanto o acompanhamento destas contribuições revelam-se como importantes, para períodos mais recentes.

Uma forma alternativa de se avaliar as contribuições consiste em se tomar as porcentagens acumuladas. Confirmam-se os comentários anteriores quanto à distribuição e realça-se a importância de se poder acompanhar a evolução recente, principalmente em função da intensificação dos influxos migratórios segundo os vetores territoriais.

Com relação à condição do pessoal ocupado existe igualmente uma relação inversa entre a participação da força-de-trabalho familiar e o estrato por tamanho. Novamente, pela Tabela 3, pode-se inferir que dois novos grupos são formados pelos Estados que compõem a região de estudo. De um lado, tem-se os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, nos quais a participação de origem familiar cai mais rápido do que nos casos de Mato Grosso e Rondônia. Aparentemente, este resultado é consistente com as tipologias inicialmente estabelecidas, mas espera-se poder contar com dados desagregados (e não constantes nos Censos Agropecuários por MRHs), para uma análise mais conclusiva sobre o tema.

Duas outras correlações merecem referência. Uma primeira, sobre a relação direta entre residentes na propriedade com o pessoal ocupado e a segunda sobre a incidência pouco significativa de trabalhadores-temporários ou volantes. Com relação à última, certamente se constituiu em um atributo diferencial e específico ao processo de ocupação e assentamento na região de estudo. Hipóteses preliminares podem e devem ser formuladas, dentre as quais podem ser citadas as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA, PROPORÇÃO DO PESSOAL OCUPADO RESIDENTE NOS ESTABELECIMENTOS E PROPORÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SEM PESSOAL CONTRATADO, POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL - ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE E ESTADO DE RONDÔNIA, 1975.

ESTRATOS DE ÁREA TOTAL E ESTADOS	PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA (%)					% PESSOAL OCUP. RES. NOS ESTAB.	% ESTAB. S/ PES. OCUPADO
	FAMILIAR	PERMANENTE	TEMPORÁRIO	OUTROS	TOTAL		
- 10 HA:							
MATO GROSSO DO SUL	95,2	0,7	3,7	0,4	100,0	86,5	94,0
MATO GROSSO	97,8	0,2	1,8	0,2	100,0	94,6	96,0
GOIÁS	88,6	1,3	8,1	2,0	100,0	74,8	85,5
RONDÔNIA	99,2	0,2	0,5	0,1	100,0	97,8	99,2
10 - 100 HA:							
MATO GROSSO DO SUL	86,8	3,9	8,7	0,6	100,0	85,1	81,0
MATO GROSSO	94,9	1,3	3,5	0,3	100,0	94,8	92,1
GOIÁS	78,4	3,9	12,7	5,0	100,0	79,3	71,5
RONDÔNIA	97,3	0,5	2,0	0,2	100,0	97,2	96,4
100 - 1.000 HA:							
MATO GROSSO DO SUL	56,5	23,8	17,9	1,8	100,0	70,8	42,8
MATO GROSSO	82,9	7,5	8,6	1,0	100,0	87,3	75,8
GOIÁS	61,1	13,1	18,0	7,8	100,0	71,7	51,3
RONDÔNIA	97,0	1,3	1,5	0,2	100,0	96,8	95,9
1.000 - 10.000 HA:							
MATO GROSSO DO SUL	30,3	48,3	20,0	1,4	100,0	71,4	17,0
MATO GROSSO	50,3	28,0	19,6	2,1	100,0	75,7	39,2
GOIÁS	33,2	30,9	25,7	10,2	100,0	62,7	22,5
RONDÔNIA	76,3	19,6	3,1	1,0	100,0	80,0	68,8
+ 10.000 HA:							
MATO GROSSO DO SUL	10,7	79,8	8,9	0,6	100,0	88,1	4,1
MATO GROSSO	23,3	51,4	23,7	1,6	100,0	75,6	14,1
GOIÁS	15,3	60,9	15,3	8,5	100,0	73,0	6,5
RONDÔNIA	26,4	42,0	29,0	2,6	100,0	77,7	25,0
TOTAL:							
MATO GROSSO DO SUL	72,2	16,3	10,7	0,8	100,0	81,0	73,9
MATO GROSSO	88,8	5,3	5,4	0,5	100,0	91,6	89,3
GOIÁS	67,5	10,4	15,7	6,4	100,0	74,1	63,0
RONDÔNIA	97,0	1,3	1,6	0,0	100,0	96,8	96,4

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário, 1975.

- (i) a incidência pouco significativa de trabalhadores volantes pode ser explicada pela *relativa* facilidade de acesso à terra?
- (ii) ou, alternativamente, a explicação deve ser procurada pela divergência entre os entornos funcionais e territoriais determinada por um processo de modernização abrupta, sem que os (pequenos) assentamentos urbanos possam "integrar-se" ao processo?
- (iii) mais ainda, será que a ocupação e assentamento nos anos mais recentes (pós-1975) continuam mantendo estes padrões detectados?

A evolução das duas variáveis anteriores confirmam, em termos de indicações quanto às relações de trabalho, o comportamento de duas outras variáveis, de um lado, a proporção de estabelecimentos sem pessoal contratado sobre o número total de estabelecimentos, e, de outro lado, pela relação área total de lavoura por unidade de pessoal ocupado. Enquanto que a primeira variável indica a proporção de assalariados no campo, com relações capitalísticas de produção, a segunda corresponde, *grosso modo*, à produtividade da mão-de-obra.

No primeiro caso, as unidades estaduais se reagrupam em duas categorias e consentâneas com as tipologias dominantes anteriormente referidas. Em um primeiro grupo, estão os Estados de Mato Grosso e Rondônia, enquanto que Mato Grosso do Sul e Goiás integram o segundo. Apesar de haver uma correlação inversa entre o estrato de tamanho dos estabelecimentos e a proporção de estabelecimentos sem força de trabalho assalariada sobre o número total, isto é, quanto menor o estrato de tamanho, maior é esta proporção, pode-se discernir claramente as duas categorias antes referidas. Para o menor estrato da estrutura fundiária, a variância é relativamente pequena para as observações dos quatro Estados, aumentando-se com o tamanho. Há uma redução menos acentuada por parte dos Estados do primeiro grupo, variando entre 92,1 a 96,4%, mesmo para o estrato de 10 a 100 hectares, contra o intervalo de 71,5

a 81,0%, para Goiás e Mato Grosso do Sul, respectivamente. Na medida em que se passa aos estratos superiores, maior é a variância entre os dois grupos.

No que se refere à variável área de lavoura/pessoal ocupado, considerado como *proxy* para o inverso da produtividade, o seu comportamento é inversamente proporcional ao tamanho dos estabelecimentos (Tabelas 4, 5, 6 e 7). O mesmo comportamento pode ser identificado para a variável área de lavoura/área total dos estabelecimentos, que é também inversamente proporcional aos estratos. Esta última variável indica modalidades de uso do solo e, na medida em que se reduz sistematicamente a área de cultura com o tamanho dos estabelecimentos, ou bem está-se diante de um aumento da área de pastagem, ou então, que a posse da terra passa a ser crescentemente utilizada como uma reserva de valor e/ou especulação.

5. Características da Estrutura Fundiária

Com relação às características básicas da estrutura fundiária da região de estudo, a série de informações analisadas limitou-se nesta primeira etapa, apenas ao nível estadual. Além disso, cabe mencionar uma alteração no critério de classificação de dados primários quanto à definição de estabelecimentos agropecuários, resultando daí uma comparabilidade que se restringe ao período 1975-1980.

De uma forma geral, a integração territorial acelerada da região de estudo à redivisão espacial do trabalho conduziu a uma elevação da área média por estabelecimento, com exceção do Estado de Rondônia, pelas razões anteriormente referidas. No que concerne ao número de estabelecimentos, com exceção de Mato Grosso do Sul — que apresentou uma queda em valores absolutos, de 60 para quase 48 mil —, todos os demais Estados tiveram ou ganhos moderados (Goiás), ou acentuados (Mato Grosso e Rondônia).

A despeito dessas características, todos apresentaram uma elevação da área total ocupada por estabelecimento, embora com taxas de incremento muito variadas. Pelas tabelas seguintes, pode-se inferir sobre a confirmação dos comentários destacados nas secções anteriores.

Retomando a evolução de cada Estado, o Mato Grosso do Sul é a unidade territorial cujos indicadores se revelaram mais transparentes e convergentes com as hipóteses inicialmente estabelecidas. Vale notar que há um aumento da área média de estabelecimento, contra uma queda absoluta do número de estabelecimentos. Caso se acrescente a evidência sobre uma reduzida incorporação ("externa") de área total, pode-se concluir sobre um processo de concentração crescente da estrutura fundiária.

Caso a análise se processe por estratos de tamanho, Mato Grosso do Sul evidencia uma redução proporcional nas faixas extremas. As participações dos intervalos de menos de 10 e de 10 a 100 hectares revelaram uma participação decrescente para as variáveis de área total, área dedicada à lavoura e pessoal ocupado, conforme pode ser observado pela Tabela 4. Nas faixas intermediárias, quais sejam, de 100 a 1.000 e de 1.000 a 10 mil hectares, tanto a área total quanto o pessoal ocupado são crescentes, enquanto que a de área de lavoura regride e/ou se estaciona.

Quanto à última faixa, a de mais de 10.000 hectares, a recomposição resultou em uma pequena redução, contando em 1980 com apenas 1,1% dos estabelecimentos, correspondentes à apropriação de 35% da área total. Nesta mesma categoria, a evolução crescente de área de lavoura coincidiu com o comportamento do pessoal ocupado, que conheceu igualmente incrementos proporcionais.

Esses aspectos, somados àqueles já comentados anteriormente, configuram uma tendência à concentração fundiária, acompanhada de um esgotamento de incorporação por fatores "externos".

Com relação ao caso do Estado de Mato Grosso, os dados são relativamente distintos do caso anterior. A Tabela 5 mostra um aumento bastante significativo e sustentado da variável área média por estabelecimento, assim como a referente ao número de estabelecimentos. Para o período de 1975-1980, a área média por estabelecimento passou de 389,2 para 563,1 hectares (aumento de 44,68%), enquanto que o número de estabelecimentos cresceu de 56.077 para 63.370 (incremento de 13,15%). Já a variável área total incorporada passou de 21.827 mil para 63.370 mil hectares no mesmo período (crescimento de 190,33%).

A desproporção entre o aumento do número de estabelecimentos e da área incorporada explica o crescimento do tamanho médio por estabelecimento, como descortina um processo de concentração com incorporação ("externa").

Caso se examine o comportamento das variáveis segundo estratos de tamanho, os dados que conformam as médias antes referidas revelam alterações muito significativas. De uma forma geral, quando se toma as duas classes de menos de 100 hectares, a queda da participação na área total não destaca as alterações bruscas quanto à área de lavoura e ao pessoal ocupado. Para a categoria de menos de 10 hectares, a participação desta classe na área total ocupada pelos estabelecimentos caiu de 0,6 para 0,3%, no período de 1975-1980. Entretanto, a área dedicada à lavoura desta classe despencou de 21,1 para 5,6%, enquanto que a participação do pessoal ocupado conheceu uma perda de 13,5 pontos percentuais. Convém notar que não se trata aqui de uma redução absoluta, senão relativa: em outras palavras, a incorporação de novas terras à produção foi procedida através de projetos de grande porte, acompanhada de todos os efeitos quanto a alterações nas relações de produção e de trabalho. O mesmo comportamento é verificado para a classe seguinte, de 10 a 100 hectares. Evidentemente, a partir daí, todas as variáveis antes referidas assumem um comportamento oposto, notadamente nas duas classes compreendidas

entre 100 e 10 mil hectares. Em resumo, o caso do Mato Grosso evidencia uma incorporação ("externa") com padrões concentradores na sua estrutura fundiária.

O Estado de Goiás, na sequência, é a única unidade territorial que compareceu no período de 1975-1980, com uma redução absoluta do número de estabelecimentos agropecuários. No entanto, apresentou uma variação positiva tanto da área ocupada (incremento de 12,45%), quanto da área destinada à lavoura (aumento de 25,07%). Como resultante do comportamento divergente destas variáveis, vale notar que a área média de estabelecimento aumentou no período em questão, passando de 282,0 para 317,3 hectares (incremento de 12,41%).

Dito de outro modo, ocorreu naquele Estado um processo de concentração da estrutura fundiária. De acordo com a Tabela 6, observa-se uma relativa estabilidade no comportamento das variáveis aqui consideradas, nas três classes inferiores da estrutura fundiária de Goiás. Entretanto, no caso dos dois estratos superiores, verifica-se um crescimento de suas contribuições percentuais, notadamente no último, referente ao intervalo de mais de 10 mil hectares.

O caso de Goiás é muito interessante, mas difícil de ser analisado de forma conclusiva a nível estadual. Posteriormente, com a análise das variáveis desagregadas por MRHs, procurar-se-á dirimir os seguintes aspectos relevantes:

- (i) Embora os dados apontam para um duplo processo - incorporação ("externa") com concentração - onde se verificam este processo? Na parte ao norte? Ou ao sul? Ou em ambas?
- (ii) Como se articulam as "partes" do Estado com a expansão da fronteira, em especial quando se considera o vetor perpendicular que se orienta longitudinalmente pelo flanco do Amazonas?

Reconhecendo a complexidade das interpretações, espera-se que na (eventual) ausência de dados sobre a estrutura fundiária, os demais dados relacionados com as relações de produ

ção e de trabalho possam completar a análise com o grau de detalhamento desejado.

Por fim, no que concerne ao Estado de Rondônia, uma vez mais deve-se assumir a sua singularidade. Embora umbilicalmente associado aos movimentos interespaciais engendrados pela redivisão espacial do trabalho, todas as variáveis analisadas apontam no sentido de realçar esta singularidade, de um lado, pela velocidade do processo de transformação, e, de outro, pela implementação do Polonoroeste e outros programas federais no Estado.

Contrariamente aos casos anteriores, observa-se no período de 1975-1980 uma redução da área média por estabelecimento, passando de 120,0 para 114,9 hectares. Este valor médio foi conformato por um duplo crescimento: o número de estabelecimentos evoluiu de 25.483 para 49.517 (incremento de 94,31%) e a área total ocupada pelos estabelecimentos cresceu de 3.080 mil para 5.688 mil hectares (aumento de 84,56%). O incremento ligeiramente maior da primeira variável é o responsável pela queda da área média, de um lado, bem como realça, de outro, a intensidade do influxo migratório para aquele Estado.

Quando se discrimina a análise segundo classes de tamanho, a característica dominante é dada por um crescimento quase generalizado de todos os estratos, com exceção de 100 a 1.000 hectares. Tal como no caso do Estado do Mato Grosso, o comportamento de todas as variáveis indicam uma mensuração, onde se verifica um simultâneo aumento das duas faixas inferiores e das superiores. Contudo, a despeito destes incrementos, constata-se uma diferença já destacada em seções anteriores, referente à área dedicada à lavoura. Caso se compare as proporções entre área total ocupada com a evolução de área dedicada à lavoura, vale notar um comportamento inverso pelas classes extremas. Enquanto no caso de menos de 10 hectares para 1,0% da área corresponde a 11,8% da lavoura, no caso dos estabelecimento com mais de 10 mil hectares a proporção é de 21,6% da área total versus 0,3% apenas de área para lavoura.

Considerando o crescimento simultâneo dos segmentos extremos, qualquer extrapolação para o futuro se recobriria de incertezas. Apenas a título indicativo, estas incertezas dependem, de um lado, sobre a intensidade dos influxos migratórios e do seu perfil sócio-econômico, e, de outro lado, da eficácia dos programas federais para o Estado, em especial o Polonoroeste. Retomando a analogia traçada com a experiência recente de ocupação do Norte do Paraná, a questão central reside na capacidade de *retenção* dos programas de colonização. Embora devam ser admitidos os conflitos mais mediatos, como por exemplo, entre formas de assentamento e a preservação ambiental, ou a ocupação com preservação das reservas indígenas (válido igualmente para o Mato Grosso), ou então da possibilidade de coexistência entre pequenos e grandes estabelecimentos, *a curto prazo*, esta evolução dependerá essencialmente da condição de retenção.

6. Relações Rurais-Urbanas Dominantes

Como uma primeira aproximação das relações rurais-urbanas, apresenta-se a seguir, um resumo do comportamento da variável migratória por Estados da Região de Estudo, complementando as análises anteriores. No relatório de andamento anterior, foram analisadas os principais vetores demográficos e migratórios do Estado do Mato Grosso durante a década passada. Pode-se inferir, assim, das possibilidades e limitações de tal tipo de análise. Como estas serão retomadas com outras partições territoriais – a nível de microrregiões homogêneas e/ou municípios – os resultados apurados serão bastante sucintos e agregados.

Convém chamar a atenção neste ponto, de um aspecto fundamental em termos da análise global. Aceitando-se a não-coincidência entre os entornos funcional e territorial, o comando da expansão da base produtiva gera padrões de relações rurais-urbanas particulares, na medida em que os impulsos positivos

EVOLUÇÃO DE ALGUNS ÍNDICES RELATIVOS AOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,
POR ESTRATOS DE ÁREAS TOTAIS

ESTRATOS DE ÁREA TOTAL	Nº ESTAB. % Σ	ÁREA TOTAL (1.000 ha) % Σ	ÁREA LAVOURAS (1.000 ha) % Σ	ÁREA MÉDIA (ha)	ÁREA LAVOURAS /ÁREA TOTAL (%)	ÁREA LAVOURAS /PESSOAL OCU- PADO (%)	PESSOAL OCUPADO %
<u>- 10 HA:</u>							
1970	40,6	0,4	-	4,8	-	-	-
1975	38,5	0,4	7,0	4,9	81,5	1,2	27,7
1980	27,5	0,2	3,2	4,8	81,8	1,3	17,5
<u>10 - 100 HA:</u>							
1970	37,3	2,3	-	29,4	-	-	-
1975	36,0	2,2	16,7	30,7	33,1	2,3	35,3
1980	35,1	1,9	11,4	34,5	32,2	2,8	28,9
<u>100 - 1.000 HA:</u>							
1970	14,0	10,8	-	364,7	-	-	-
1975	16,9	12,5	36,8	363,5	13,2	9,9	18,4
1980	25,2	14,7	36,6	372,8	13,2	10,2	25,6
<u>1.000 - 10.000 HA:</u>							
1970	7,2	44,9	-	2.991,6	-	-	-
1975	7,7	45,7	34,3	2.886,7	3,4	12,0	14,2
1980	11,1	48,2	39,4	2.786,6	4,3	13,3	21,2
<u>+ 10.000 HA:</u>							
1970	0,9	41,6	-	21.544,2	-	-	-
1975	0,9	39,2	5,2	21.065,8	0,6	5,9	4,4
1980	1,1	35,0	9,4	21.042,3	1,4	9,8	6,8
<u>TOTAL:</u>							
1970	59.921	28.478	491	475,3	1,7	2,2	229.052
1975	57.897	28.385	1.275	490,3	4,5	5,0	257.132
1980	47.875	30.661	1.629	640,4	5,3	7,1	228.720

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários 1970 e 1975 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980.

ESTRATOS DE ÁREAS TOTAIS

ESTRATOS DE ÁREA TOTAL	Nº ESTAB. % Σ	ÁREA TOTAL (1.000 ha) % Σ	ÁREA LAVOURAS (1.000 ha) % Σ	ÁREA MÉDIA (ha)	ÁREA LAVOU- RAS/ÁREA TOT. (%)	ÁREA LAVOURAS /PESSOAL. OCU- PADO (%)	PESSOAL OCUPADO %
<u>- 10 HA:</u>							
1970	49,2	0,5	-	4,2	-	-	-
1975	51,8	0,6	21,1	4,2	86,3	0,9	42,3
1980	37,8	0,3	5,6	4,5	82,5	1,0	28,8
<u>10 - 100 HA:</u>							
1970	32,1	2,7	-	32,1	-	-	-
1975	30,5	2,7	26,7	34,9	22,4	1,6	32,2
1980	34,2	2,2	10,9	36,6	21,8	1,7	32,1
<u>100 - 1.000 HA:</u>							
1970	13,9	11,6	-	316,9	-	-	-
1975	12,9	10,3	23,9	311,4	5,3	3,0	15,3
1980	20,9	11,3	30,5	304,6	12,0	6,9	22,5
<u>1.000 - 10.000 HA:</u>							
1970	4,2	30,0	-	2.748,1	-	-	-
1975	4,1	31,2	19,5	2.992,9	1,4	5,6	6,5
1980	6,1	32,9	37,4	3.023,4	5,1	16,7	11,4
<u>+ 10.000 HA:</u>							
1970	0,6	52,2	-	32.422,8	-	-	-
1975	0,7	55,2	8,8	28.339,2	0,4	4,4	3,7
1980	1,0	53,3	15,6	29.244,2	1,3	15,4	5,2
<u>TOTAL:</u>							
1970	45.447	17.275	263	380,1	1,5	1,7	151.128
1975	56.077	21.827	501	389,1	2,3	1,9	263.179
1980	63.370	35.684	1.589	563,1	4,4	5,1	312.981

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários 1970 e 1975 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980.

TOS DE ÁREAS TOTAIS

ESTRATOS DE ÁREA TOTAL	Nº ESTAB. % Σ	ÁREA TOTAL (1.000 ha) % Σ	ÁREA LAVOURAS (1.000 ha) % Σ	ÁREA MÉDIA (ha)	ÁREA LAVOURAS /ÁREA TOTAL (%)	ÁREA LAVOURAS /PES. OCUPADO (%)	PESSOAL OCUPADO %
<u>- 10 HA:</u>							
1970	11,2	0,3	3,5	6,1	58,1	1,4	7,7
1975	12,9	0,3	3,1	5,9	68,0	1,3	9,0
1980	11,2	0,2	1,8	5,7	59,9	1,0	7,5
<u>10 - 100 HA:</u>							
1970	48,0	8,7	28,6	44,6	15,1	2,0	41,9
1975	43,8	7,1	21,5	45,8	17,9	2,1	38,8
1980	43,1	6,4	17,0	46,9	17,5	2,0	35,0
<u>100 - 1.000 HA:</u>							
1970	36,5	45,3	50,6	305,7	5,1	3,5	42,8
1975	38,1	42,1	50,1	311,8	7,0	4,4	42,7
1980	40,0	38,8	49,1	307,9	8,3	4,5	44,8
<u>1.000 - 10.000 HA:</u>							
1970	4,2	37,7	15,6	2.221,6	1,9	6,4	7,3
1975	5,1	40,7	23,2	2.252,4	3,4	9,6	9,0
1980	5,6	40,1	27,6	2.275,4	4,5	9,8	11,7
<u>+ 10.000 HA:</u>							
1970	0,1	8,0	1,7	22.112,8	0,9	15,0	0,3
1975	0,1	9,8	2,1	21.634,1	1,3	14,9	0,5
1980	0,1	14,5	4,5	30.962,4	2,0	18,3	1,0
<u>TOTAL:</u>							
1970	145.098	35.783	1.636	246,6	4,6	3,0	547.647
1975	153.588	43.310	2.561	282,0	5,9	3,7	688.033
1980	153.515	48.703	3.203	317,3	6,6	4,1	771.859

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980.

TRATOS DE ÁREAS TOTAIS

ESTRATOS DE ÁREA TOTAL	Nº ESTAB. % Σ	ÁREA TOTAL (1.000 ha) Σ	ÁREA LAVOURAS (1.000 ha) Σ	ÁREA MÉDIA (ha)	ÁREA LAVOURAS /ÁREA TOTAL (%)	ÁREA LAVOURAS /PES. OCUPADO (%)	PESSOAL OCUPADO %
- 10 HA:							
1970	7,9	0,2	4,9	5,4	73,3	1,4	8,0
1975	19,2	0,6	6,8	3,7	73,4	0,8	16,3
1980	25,4	1,0	11,8	4,4	79,2	1,2	20,2
10 - 100 HA:							
1970	39,1	5,6	38,5	32,8	18,6	1,8	39,0
1975	28,0	9,9	22,9	43,0	14,4	1,6	26,8
1980	40,6	20,4	38,6	57,6	12,2	2,0	40,2
100 - 1.000 HA:							
1970	51,6	55,8	51,2	250,6	2,5	2,5	51,4
1975	51,8	56,3	68,3	131,5	7,6	2,3	55,3
1980	32,8	36,9	43,9	129,2	7,7	2,4	37,2
1.000 - 10.000 HA:							
1970	1,3	14,9	3,3	2.537,8	0,5	2,3	1,4
1975	1,0	16,8	1,9	1.941,9	0,7	2,5	1,4
1980	1,1	20,1	5,4	2.124,1	1,7	5,0	2,2
+ 10.000 HA:							
1970	0,1	23,5	2,1	29.400,7	0,2	7,8	0,2
1975	-	16,4	0,1	42.125,0	-	0,6	0,2
1980	0,1	21,6	0,3	45.602,8	0,1	3,8	0,2
TOTAL:							
1970	7.082	1.632	45	230,3	2,7	2,1	20.563
1975	25.485	3.082	193	120,9	6,3	1,9	103.992
1980	49.517	5.688	367	114,9	6,5	2,1	176.956

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980.

são (re)transmitidos segundo uma hierarquia funcional que exclui o subsistema urbano da região ou da área onde o impulso foi introduzido. Com ligeiras nuances, o fenômeno de urbanização verificado durante os anos setenta para os Estados que compõem a Região de Estudo parecem confirmar esta hipótese, com maior acento no caso de Goiás e de Mato Grosso. Sobre este ponto particularmente crucial se concentrarão esforços analíticos posteriores.

Examinando agora os resultados numéricos encontrados para cada um dos Estados, podem ser ressaltados os seguintes traços característicos.

Iniciando com Mato Grosso do Sul, a evolução de sua população durante as últimas quatro décadas vem mostrando um crescimento extremamente dinâmico: à exceção de 1940/1950, quando apresentou uma taxa geométrica de crescimento anual de 3,43%, nas três décadas seguintes esta taxa anual foi bem maior e superou 7%, com um pico de 8,46% durante os anos cinquenta. A distribuição deste contingente demográfico, a taxas crescentes, revela nítidos padrões de concentração territorial. Empregando-se o índice "H" (definido como sendo $H = \sum_i \{V_i / EV_i\}$), pode-se verificar que o seu valor é crescente: passa de 0,231327 em 1940 para 0,238955 em 1950, aumentando depois para 0,294798 em 1960; o patamar aumenta desde então, elevando-se para 0,371028 em 1970, para atingir por fim, 0,460218 em 1980.

A composição de sua população reflete a segmentação do então Estado de Mato Grosso, antes da divisão em 1979. Da população residente total, 62,7% são do próprio Estado e a incidência de nativos de Mato Grosso não alcança senão 1,1%. Quanto ao resto, a própria origem é reveladora para se explicar a natureza do influxo migratório: de não-naturais do Estado, os paulistas vêm em primeiro lugar (12,6%), seguidos pelos paraenses (6,7%).

Quanto ao tempo de residência na situação de domicílio atual, o movimento dominante refere-se ao quadro urbano como *locus* de preferência para o assentamento. Do total de não-naturais do Estado – de mais de 500 mil em 1980 – e que representam mais de 1/3 da população total, quase 2/3 deste total se assentaram em áreas urbanas, enquanto que, pouco mais de 1/3 ficaram no quadro rural. Os principais dados estão mostrados na tabela 8.

Um dado importante refere-se ao tempo em que estes movimentos interespaciais se processaram. Vale observar que do total das pessoas que se assentaram em áreas urbanas, quase 66% delas o fizeram há menos de 5 anos (com relação a setembro de 1980). Este mesmo contingente – da ordem de 213,5 mil pessoas – representava cerca de 42% do movimento total. Se se acrescenta a estas relações combinadas de vetores migratórios as mudanças de domicílio de naturais do Estado, o movimento total passaria de 508.367 para 740.476 pessoas, conforme atestam os dados da tabela 9.

Como os dados dessa última tabela reúnem os dois componentes por origem geográfica, a diferença entre a última (não-naturais do município) e a anterior (não-naturais do Estado) representa o comportamento de sul-matogrossenses, configurada pela tabela 10.

Tal como no caso do Estado de Mato Grosso (ver o Relatório de andamento anterior), não existe apenas um recrudescimento da migração rural-urbana, como também um comportamento diferenciado entre os não-naturais e os naturais do Estado de Mato Grosso do Sul. Ao invés da relação aproximada de 2 por 1 no caso dos primeiros, os sul-matogrossenses preferiram, os assentamentos urbanos na proporção de 3 por 1.

Esse quadro verificado guarda muitas semelhanças com uma modernização localizada que se pode identificar na ocupação do Mato Grosso do Sul, na qual o crescimento da área total dos estabelecimentos é muito pouco significativo, com redução

TABELA 8

PESSOAS NÃO NATURAIS DO ESTADO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ATUAL,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ANTERIOR

1980

MATO GROSSO DO SUL.

Situação de Domicílio Anterior	Situação de Domicílio Atual		
	Urbana	Rural	Total
Urbana	207.613	29.548	237.161
Rural	116.072	155.134	271.206
Total	323.685	184.682	508.367
Urbana	64,14	16,00	46,65
Rural	35,86	84,00	53,35
Total	100,00	100,00	100,00
Urbana	87,54	12,46	100,00
Rural	42,80	57,20	100,00
Total	63,67	36,33	100,00
Urbana	40,84	5,81	46,65
Rural	22,83	30,52	53,35
Total	63,67	36,33	100,00

TABELA 9

PESSOAS NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO
ATUAL, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO
ANTERIOR
1980
MATO GROSSO DO SUL

Situação de Domicílio Anterior	Situação de Domicílio Atual		
	Urbana	Rural	Total
Urbana	315.484	43.462	358.946
Rural	180.687	200.843	381.530
Total	496.171	244.305	740.476
Urbana	63,58	17,79	48,48
Rural	36,42	82,21	51,52
Total	100,00	100,00	100,00
Urbana	87,89	12,11	100,00
Rural	47,36	52,64	100,00
Total	67,01	32,99	100,00
Urbana	42,61	5,87	48,48
Rural	24,40	27,12	51,52
Total	67,01	32,99	100,00

TABELA 10
 PESSOAS NATURAIS DO ESTADO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ATUAL,
 SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ANTERIOR
 1980
 MATO GROSSO DO SUL

Situação de Domicílio Anterior	Situação de Domicílio Atual		
	Urbana	Rural	Total
Urbana	107.871	13.914	121.785
Rural	64.615	45.709	110.324
Total	172.486	59.623	232.109
Urbana	62,54	23,34	52,47
Rural	37,46	76,66	47,53
Total	100,00	100,00	100,00
Urbana	88,57	11,43	100,00
Rural	58,57	41,43	100,00
Total	74,31	25,69	100,00
Urbana	46,47	5,99	52,47
Rural	27,84	19,69	47,53
Total	74,31	25,69	100,00

do nível de emprego no subperíodo de 1975/1980. Levando-se em conta os comentários anteriores sobre as relações de trabalho, pode-se inferir que dada a relação inversa entre o tamanho de propriedade e o nível de absorção, existe uma liberação da mão-de-obra do campo. Esta interpretação é confirmada tanto pela análise da estrutura fundiária quanto pelos dados referentes ao recrudescimento das migrações rurais-urbanas, notadamente no período de 1975/1980.

No que concerne ao Estado de Goiás, o seu crescimento demográfico tem sido muito dinâmico. A exceção dos anos cinquenta, quando a taxa geométrica anual alcançou 10,86%, as demais décadas a partir de 1940 tiveram uma variação muito pequena e se situaram no intervalo de 6,7 a 7,8% ao ano. Quanto ao índice de concentração "H", o seu comportamento assume uma forma de parábola, com os seguintes valores: 0,226558 em 1940, 0,192381 em 1950, 0,214210 em 1960; em seguida, passa a 0,276914 em 1970, fixando-se em 0,432055 em 1980. Dito de outro modo, a tendência à concentração espacial de sua população é uma das características básicas do Estado de Goiás, tendo os padrões desta concentração em 1980 sido o dobro daqueles observados para 1960.

Quanto à composição de sua população residente, o Estado de Goiás é ocupado essencialmente por naturais do Estado, que representam mais de 3/4 do total. Caso se acrescente os naturais dos Estados de Minas Gerais (9,63%) e de Maranhão(2,79%), este índice atinge quase 90%.

No tocante aos movimentos migratórios de não-naturais do Estado, que representavam menos de 1/4 da população residente, a sua preferência pelo assentamento converge para os assentamentos urbanos. Tal como no caso do Estado de Mato Grosso do Sul, mais de 2/3 dos não-naturais se assentaram em cidades, confirmando a proporção de 2 por 1 nos movimentos demográficos, em favor do quadro urbano. Tais dados estão apresentados na tabela 11.

TABELA 11
 PESSOAS NÃO NATURAIS DO ESTADO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO
 ATUAL, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ANTERIOR
 1980
 GOIÁS

Situação de Domicílio Anterior	Situação de Domicílio Atual		
	Urbana	Rural	Total
Urbana	375.238	49.403	424.641
Rural	226.368	246.101	472.469
Total	601.606	295.504	897.110
Urbana	62,37	16,72	47,33
Rural	37,63	83,28	52,67
Total	100,00	100,00	100,00
Urbana	88,37	11,63	100,00
Rural	47,91	52,09	100,00
Total	67,06	32,94	100,00
Urbana	41,83	5,51	47,33
Rural	25,23	27,43	52,67
Total	67,06	32,94	100,00

No entanto, contrariamente ao caso anterior, o Estado de Goiás apresentou - em 1980 - uma reconversão e um processo de recomposição interna, extremamente dinâmica. Se a participação de sul-matogrossenses na movimentação migratória total era da ordem de 31,3%, para o caso de Goiás, este percentual se inverte e atinge 51,2%. Em outras palavras, a dinâmica migratória interna do Estado é bem maior do que o influxo migratório. Certamente, estes mecanismos internos ao Estado explicam o fato do Estado de Goiás se constituir na única exceção do Centro-Oeste, por ter apresentado um saldo migratório líquido (⁺ de 70 mil habitantes). Esta dinâmica interna é mostrada na tabela 12.

Quanto ao caso das pessoas naturais do Estado, o seu deslocamento interespacial segundo categorias urbana e rural se processou, durante a década, segundo as proporções de naturais e não-naturais do Estado: pouco mais de 2/3 assentou-se em centros urbanos, conforme os dados da tabela 13.

Considerando-se as pessoas não-naturais do município de residência atual, que compreendem a um só tempo os goianos e os não-naturais do Estado, virtualmente a metade deles estão na situação de domicílio (em setembro de 1980) há apenas 5 anos ou menos. Estes dados confirmam as hipóteses anteriormente formuladas quanto à não-coincidência dos entornos funcional e territorial do processo de ocupação do Estado. Da medida em que a modernização da ocupação seja muito acentuada e que não implica em relações funcionais orgânicas com o entorno territorial dos projetos, a liberação da mão-de-obra rural (posseiros) configura um processo de urbanização singular, com uma periferização precoce em centros urbanos de pequeno porte.

O caso de Rondônia é bastante diferenciado, tal como atestam os comportamentos das variáveis anteriormente referidas. Embora as taxas de crescimento de sua população tenham sido bastante expressivas de 1950/1970 (respectivamente 7,7 e 7,1% ao ano para as duas décadas), foi durante os anos seten

TABELA 12

PESSOAS NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ATUAL,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ANTERIOR

1980
GOIÁS

Situação de Domicílio Anterior	Situação de Domicílio Atual		
	Urbana	Rural	Total
Urbana	746.356	107.119	853.475
Rural	513.497	472.176	985.673
Total	1.259.853	579.295	1.839.148
Urbana	59,24	18,49	46,41
Rural	40,76	81,51	53,59
Total	100,00	100,00	100,00
Urbana	87,45	12,55	100,00
Rural	52,10	47,90	100,00
Total	68,50	31,50	100,00
Urbana	40,58	5,82	46,41
Rural	27,92	25,67	53,59
Total	68,50	31,50	100,00

TABELA 13

PESSOAS NATURAIS DO ESTADO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ATUAL,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ANTERIOR

1980

GOIÁS

Situação de Domicílio Anterior	Situação de Domicílio Atual.		
	Urbana	Rural	Total
Urbana	371.118	57.716	428.834
Rural	287.129	226.075	513.204
Total	658.247	283.791	942.038
Urbana	56,38	20,34	45,52
Rural	43,62	79,66	54,48
Total	100,00	100,00	100,00
Urbana	86,54	13,46	100,00
Rural	55,95	44,05	100,00
Total	69,87	30,13	100,00
Urbana	39,40	6,13	45,52
Rural	30,48	24,00	54,48
Total	69,87	30,13	100,00

ta que se somou um certo efeito proporcional ao diferencial, durante o qual a sua população cresceu à taxa geométrica anual de 14,6% ao ano. Quanto aos padrões de concentração territorial (através do Índice H), a sua evolução é difícil de ser interpretada, de um lado, em função da falta de um subsistema urbano estruturado e, de outro lado, pela intensidade de incremento tanto da população urbana quanto da rural.

A composição da população residente segundo o lugar de nascimento mostra que a participação de naturais de Rondônia representa 1/3 do total. Acrescentando-se, pela ordem, os paranaenses (15,1%), mineiros (11,0%), matogrossenses (5,1%), paulistas (4,8%) e amazonenses (4,5%), este conjunto totaliza cerca de 3/4 da população residente. No que concerne à repartição dos não-naturais de Rondônia, o seu total é de quase 350 mil pessoas e, apesar do predomínio do movimento rural-rural (51,8% do total), no cômputo geral, 40,7% dos não-naturais assentaram-se nas áreas urbanas, contra 59,3% que convergiram para o quadro rural. Com relação ao tempo de residência, vale notar que 2/3 dos não-naturais estavam em Rondônia há cinco anos ou menos, na data do Curso.

Tomando-se o total das pessoas não-naturais do município onde residiam em 1980, a diferença deste contingente e os não-naturais corresponde a pouco menos de 9 mil habitantes. Sendo esta diferença pouco significativa, as proporções dos comportamentos migratórios pouco divergem do caso anterior, como confirmam os resultados das tabelas 14 e 15.

Quanto à movimentação dos naturais do Estado, a despeito da pouca significância do seu valor absoluto, cabe destacar que revela assim mesmo, uma tendência a assentar-se em centros urbanos, como indicam os dados da tabela 16. Cerca de 70% dos fluxos migratórios de naturais do Estado estão em domicílios urbanos, sendo 49,5% provenientes de assentamentos urbanos e 19,9% de origem rural. Quanto aos que buscaram o meio rural (30,5%), 11,0% procederam de áreas urbanas, contra 19,5% do meio rural.

TABELA 14
 PESSOAS NÃO NATURAIS DO ESTADO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ATUAL,
 SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ANTERIOR
 1980
 RONDÔNIA

Situação de Domicílio Anterior	Situação de Domicílio Atual		
	Urbana	Rural	Total
Urbana	84.864	24.204	109.068
Rural	47.022	168.104	215.126
Total	131.886	192.308	324.194
Urbana	64,35	12,59	33,64
Rural	35,65	87,41	66,36
Total	40,68	59,32	100,00
Urbana	77,81	22,19	100,00
Rural	21,86	78,14	100,00
Total	40,68	59,32	100,00
Urbana	26,18	7,47	33,65
Rural	14,50	51,85	66,35
Total	40,68	59,32	100,00

TABELA 15
 PESSOAS NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ATUAL,
 SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ANTERIOR
 1980
 RONDÔNIA

Situação de Domicílio Anterior	Situação de Domicílio Atual		
	Urbana	Rural	Total
Urbana	89.287	25.186	114.473
Rural	48.803	169.844	218.647
Total	138.090	195.030	333.120
Urbana	64,66	12,91	34,36
Rural	35,34	87,09	65,64
Total	100,00	100,00	100,00
Urbana	78,00	22,00	100,00
Rural	22,32	77,68	100,00
Total	41,45	58,55	100,00
Urbana	26,80	7,56	34,36
Rural	14,65	50,99	65,64
Total	41,45	58,55	100,00

TABELA 16

PESSOAS NATURAIS DO ESTADO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ATUAL,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ANTERIOR
1980
RONDÔNIA

Situação de Domicílio Anterior	Situação de Domicílio Atual		
	Urbana	Rural	Total
Urbana	4.423	982	5.405
Rural	1.781	1.740	3.521
Total	6.204	2.722	8.926
Urbana	71,29	36,08	60,55
Rural	28,71	63,92	39,45
Total	100,00	100,00	100,00
Urbana	81,83	18,17	100,00
Rural	50,58	49,42	100,00
Total	69,50	30,50	100,00
Urbana	49,55	11,00	60,55
Rural	19,95	19,49	39,44
Total	69,50	30,50	100,00

Caso se compare o processo de ocupação de Rondônia com a experiência, por exemplo, do Norte do Paraná, as diferenças são bastante claras. O crescimento simultâneo das populações urbana e rural até 1980 introduz uma indefinição quanto à sua distribuição em futuros imediato e mediato. Voltam, neste sentido, as incertezas antes referidas sobre o processo de ocupação e assentamento de Rondônia, quanto à sua vulnerabilidade e dependência com relação à eficácia dos programas de intervenção federal (principalmente Polonoroeste).



SEGUNDA PARTE
PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DE
PESQUISA DA ETAPA FINAL

7. Atividades a Serem Desenvolvidas

À guisa de conclusões de etapa, esquematiza-se a seguir, as atividades de pesquisa a serem desenvolvidas na etapa final do presente projeto. Estas atividades serão orientadas segundo dois eixos básicos, de acordo com o escopo fixado:

- (i) contribuir para a definição de uma nova partição territorial para fins de intervenção; e,
- (ii) analisar as principais políticas e programas de intervenção na Região.

Com relação ao primeiro eixo, os principais passos (já iniciados) são três: primeiro, uma avaliação preliminar das unidades a serem adotadas, mesclando MRHs na maioria dos casos com reagrupamento de municípios (caso do Mato Grosso); segundo, uma listagem das variáveis a serem utilizadas para a delimitação das unidades territoriais segundo a homogeneidade; e, complementar aos dois passos anteriores, aplicação de uma técnica de reagrupamento para o resultado esperado. Essas atividades já foram iniciadas e, com relação ao modelo estatístico a ser adotado, estão sendo avaliadas técnicas de análise discriminante, além de outras de enfoque multivariada. A primeira definição tomada foi a de se abandonar modelos que incorporem matrizes de contiguidade (binárias), a fim de permitir um melhor acompanhamento dos resultados. Considerando o caráter essencial e até excessivamente empiricista destes modelos, várias tentativas deverão ser realizadas para se cotejar os resultados.

No que tange à avaliação das políticas de intervenção na Região, o principal programa é o Polonoroeste, aplicado à partir do Estado de Mato Grosso e ao Estado de Rondônia. Existem outras, como o PROMAT e PRODIAT, correspondendo o primeiro aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, enquanto que o segundo é aplicado às Bacias de Araguaia & Tocantins. Além

disso, devem ser referidos ainda os programas de POLO-CENTRO e PERGEB. Deste conjunto de políticas/programas espacialmente explícitos, o mais importante é o POLONOROESTE. Os seus objetivos/metastão sendo analisados e avaliados, segundo seus projetos e subprojetos componentes. A pesquisa se beneficia de um projeto de Avaliação do Polonoroeste (Convênio FIPE/SUDECO) em execução na Fundação, fato que assegura o pleno acesso aos dados existentes.

Em função desses dois conjuntos de atividades ora em execução, julga-se importante a participação da equipe de contrapartida do IPEA/IPLAN, para se proceder aos ajustes e definições que se fizerem necessários.

ANÁLISE INTER-REGIONAL DA DINÂMICA ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

O estado atual de evolução desta pesquisa permite a apresentação de um texto em fase final de revisão que contempla a primeira parte da análise prevista no projeto original definido de comum acordo entre as equipes da FIPE e do IPEA. Esse documento intitulado "Movimentos Migratórios no Brasil 1960/1980" encontra-se em anexo e cobre os aspectos relacionados com os movimentos migratórios no período 1960/1980 com a finalidade de descrever a forma como vem se dando a ocupação do território nacional.

Com relação à parte seguinte e que diz respeito aos aspectos interpretativos da questão, onde se pretende caracterizar as estruturas produtivas espacializadas com a finalidade de identificar o relacionamento entre unidades territoriais espacialmente diferenciadas, fazendo sobressair um possível processo de transferência de esforço produtivo.

Na fase atual, essa parte encontra-se em uma etapa preliminar de redação através da qual se pretende analisar dois aspectos diferentes: a relação de troca que transparece do conjunto de preços de mercado utilizados nas trocas e as transferências embutidas nesses mesmos preços através do mecanismo de sua formação e a partir da remuneração dos fatores. No primeiro caso a análise centra-se primordialmente nos saldos de balanço comercial entre as unidades territoriais consideradas (no caso os Estados brasileiros), enquanto que no segundo o problema central está relacionado a três variáveis básicas: a taxa de lucros, a intensidade de capital e o nível de salários reais. Nessa segunda parte pretende-se utilizar, como já foi assinalado em reuniões entre as equipes da FIPE e do IPEA, os resultados obtidos na pesquisa desenvolvida em

1982 sob o título "Diferenças de Produtividade, Intensidade de Capital e Níveis Salariais para Caracterização das Disparidades Regionais".

Dentro ainda das previsões efetuadas no projeto de pesquisa original, foi iniciado um levantamento de algumas políticas de desenvolvimento espacial que serão objeto de análise tendo por base o referencial teórico-metodológico-empírico desenvolvido nas partes anteriores.

